

**AS RAÍZES DA IMIGRAÇÃO AÇORIANA E AS DINÂMICAS SOCIAIS E
ECONÔMICAS NA ANTIGA “ILHA DE SANTA CATARINA” (SÉCULO XVIII)**

*Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira¹; Sabrina Wilbet²; Leopold Barroso Cordeiro
Neto³.*

RESUMO

Como se deu a imigração açoriana em Santa Catarina? Existem documentos da época disponíveis para consulta? Eis algumas questões que nos levou a se dedicar a um tema ainda pouco explorado pela historiografia catarinense: as origens do movimento açoriano na "ilha de Santa Catarina" por meio de documentos oficiais dos setecentos. A busca por fontes do século XVIII (ainda pouco explorado pelos historiadores atuais) levou-nos a resgatar cartas e ofícios de indivíduos dos Açores pedindo a mercê de se deslocar para o lados meridionais dos “trópicos” afim de povoar a região e constituir pequenas e médias propriedades. Estes documentos estão depositados Arquivo Histórico Ultramarino ("Projeto Resgate Barão do Rio Branco"), sediado em Belém, Portugal e disponível online para consulta. Esperamos que este trabalho possa contribuir para os atuais estudos sobre a formação econômica nacional e para a consulta dos documentos transcritos pela população em geral.

Palavras-chave: Imigração açoriana. Brasil colônia. História econômica.

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como objetivo esclarecer como se deu o povoamento açoriano na antiga Ilha de Santa Catarina no século XVIII. Por meio desta análise, iremos compreender como se deu a dinâmica do fluxo populacional da Ilha dos Açores para terras catarinenses em seus primórdios. Logicamente, que esta análise poderá nos levar a perceber o processo de formação de complexos agropecuários na região, mesmo que de momento não possamos explorar os inventários e testamentos destes sujeitos (pesquisa que poderá ser feita em estudos posteriores). De momento, apenas propomos uma análise geral sobre a presença açoriana na referida localidade.

¹ Doutor em História pela UFMG; pós-doutorado pela Universidade Nova de Lisboa, Portugal; professor efetivo do Instituto Federal Catarinense, Campus Camboriú.

² Estudante do segundo período do curso de graduação em Pedagogia do IFC/Camboriú.

³ Estudante do segundo período do curso de graduação em Pedagogia do IFC/Camboriú.

Logo após a invasão do Brasil (século XVI), a costa catarinense começou a ser visitado por navegantes e piratas, principalmente espanhóis. "A Ilha de Santa Catarina não só foi o ponto de escala obrigatório para o abastecimento das naus que iam e vinham do Rio da Prata, mas uma base naval que os espanhóis desejavam para si. Há exatos 240 anos, entre 23 e 25 de fevereiro de 1777, a Ilha de Santa Catarina foi invadida por uma expedição da Espanha, passando a ser dominada pelos ibéricos por pelo menos oito meses. Os espanhóis invadiram a ilha pela "freguesia de Canasvieiras" e, logo a seguir, declararam-se donos da área insular inteira. Em consequência, as autoridades lusitanas que aqui viviam debandaram para a região continental ou rumaram para o Rio de Janeiro.

A capital do Estado passou provisoriamente para São Miguel, atual município de Biguaçu, até que, em 1 de outubro do mesmo ano, fosse assinado o "Tratado de Santo Ildefonso", entre Portugal e Espanha, que devolveu a ilha aos lusitanos. Em troca, Portugal comprometeu-se a não utilizar a ilha como base naval ou de guerra. O tratado também incluiu a Colônia de Sacramento, correspondente em grande parte ao atual Estado do Rio Grande do Sul, como de propriedade portuguesa. Portanto, o tratado representou a definição de limites territoriais entre Portugal e Espanha no continente americano.

Os espanhóis vieram para a Ilha de Santa Catarina preparados para ficar. Tanto que as tropas trouxeram sacerdotes, que se espalharam pelas freguesias - um claro sinal da pretensão de longa ocupação, já que os religiosos exerciam o trabalho de educação e evangelização. É preciso ressaltar que a presença de viajantes espanhóis na ilha não era fato recente. Como registra o professor Nereu do Vale Pereira, eles estiveram por aqui no ano de 1500, instalando uma pequena povoação no extremo Sul da Ilha. Seriam, na verdade, os fundadores originais de Florianópolis, porque o bandeirante Francisco Dias Velho viria apenas em 1673, ano oficial de fundação da cidade. Os seiscentos e os setecentos eram tempos de muitas disputas territoriais. Fato é que as respectivas nações ibéricas eram países de vanguarda nas expedições em busca de novas rotas comerciais e de exploração de prata e ouro, resultando na apropriação de territórios que eram ocupados por indígenas. A Ilha de Santa Catarina, que pertencia aos portugueses, era

considerada um ponto estratégico tanto do ponto de vista militar quanto comercial. E essa é uma das explicações para a invasão espanhola.

Segundo João Rafael Morais de Oliveira, podemos dividir em dois períodos o processo de formação histórica da Capitania de Santa Catarina:

o primeiro, por volta de 1738 (data da criação da Capitania) até 1777 (data da invasão espanhola), período este marcado pelo reconhecimento, povoamento, defesa e início da exploração dos recursos da região; o segundo, de 1777 até 1822 (quando Santa Catarina passa, como Província, a incorporar o Império brasileiro), período de intensificação da exploração dos recursos naturais, sobretudo, nas armações de baleia e expansão do comércio com outras regiões⁴.

Estas conclusões do referido autor podem ser percebidas na documentação que coletamos: definitivamente, a ocupação do território catarinense deu-se em fins da primeira metade do século XVIII, com a vinda de vários casais açorianos para coloniar a região, e a implementação do sistema escravista de produção.

A discussão historiográfica atual sobre a colonização e as dinâmicas socioeconômicas e políticas vão além de uma região marcada pelo descaso real (caráter estritamente de povoamento) ou um espaço dominado pelo caráter pouco mercantil. Já é fato que Santa Catarina colonial (parte litorânea) era nitidamente escravocrata e mercantil, onde os variados negócios se dirigiam para o processo de acumulação interna de capitais. Portanto, algo que vai além do chamado "pacto colonial" e da transferência de excedentes para a metrópole, como bem frisou estudiosos mais tradicionais como Caio Prado Júnior e Fernando Novais. Uma população escrava que beirava os 25% da população total são números que não podemos considerar como desprezível. Ao contrário, esta população era relativamente alta se considerarmos a amplitude geográfica e populacional do litoral catarinense. Beatriz Gallotti Mamigonian é taxativa quando enfoca a questão comercial na região: Em torno das armações baleeiras, mas *também em outros pontos do litoral, os núcleos de povoamento de açorianos se desenvolveram voltados para a produção de*

⁴OLIVEIRA, João Rafael Morais de. "Conflito e governo na segunda metade do século XVIII. A invasão espanhola na capitania de Santa Catarina em 1777". In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 23, Londrina, 2005, p.4. [ANAIS...]. Disponível em anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0505.pdf. Acesso em 19/10/2017.

*abastecimento e crescentemente empregavam mão de obra escrava africana*⁵. Vemos, desta forma, que a economia catarinense apresentava similiaridades com o que percebemos para outras capitanias: a presença de um produto monopolizado pela coroa portuguesa (pesca da baleia), a escravidão e as relações entre os açorianos e o tráfico de escravos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa que por ora se apresenta teve como suporte teórico-metodológico as fontes de época (documentos do século XVIII) que retrataram a vinda dos primeiros imigrantes para a antiga “ilha de Santa Catarina” e a bibliografia básica sobre o assunto. Delimitamos o nosso objeto para os setecentos, e como recorte espacial o que conhecemos hoje como a cidade de Florianópolis.

Coletamos e transcrevemos parte da documentação primária que trata sobre as raízes da imigração açoriana em Santa Catarina (Arquivo Histórico Ultramarino). Esta documentação está sendo catalogada e analisada por meio de obras referências sobre a historiografia colonial catarinense, especialmente os trabalhos de João Rafael Moraes de Oliveira e Beatriz Gallotti Mamogonian. Estamos, no momento, além do trabalho de catalogação, preparando um artigo sobre as relações entre a economia local e a vinda destes imigrantes.

Analisando a respectiva documentação notamos que já em finais do ano de 1692 vieram na nau de João Felix Antunes 260 açorianos. Posteriormente, a partir de 1723 a imigração tornou-se recorrente em todo o XVIII, como está retratado nas fontes que seguem ao final do texto. Em 1753 inicia-se uma nova fase agrícola na ilha. Os colonos foram distribuídos em torno da Vila de Nossa Senhora do desterro e em torno do caminho que fazia a volta do morro de Antão (hoje Morro da Cruz). Ao se instalarem, cada casal recebia $\frac{1}{4}$ de légua quadrada, onde iniciavam seus cultivos e mais uma égua e 2 vacas. E cada povoação recebia 4 touros.

⁵MAMOGONIAN, Beatriz Gallotti. “Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)”. Seminário Internacional “Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico de Escravos, Relações Sociais no Mundo Português”, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, junho de 2006.

O texto pode ser localizado em:

https://www.academia.edu/260792/Africanos_Em_Santa_Catarina_Escravid%C3%A3o_E_Identidade_%C3%A9tnica_1750-1850_. Acesso em 14/10/2017.

Sessenta casais foram fixados em cada povoação, e no tempo oportuno teriam direito a 2 alqueires de sementes, 1 espingarda, 1 foice, etc. Além dos homens mais fortes terem sido chamados para o serviço militar (no trabalho das fortalezas), a tradicional cultura do trigo de sua terra natal não vingou na ilha catarinense, tornando, portanto, a adaptação às novas terras bastante difícil. Com as terras não fornecendo o esperado para os colonos, estas acabaram por muitas vezes sendo abandonadas e o trabalho agrícola era aos poucos sendo substituídos pela pesca ou pelo trabalho urbano. Quem optou por continuar na terra aderiu ao cultivo da mandioca; outros optaram por tirar o seu sustento no desenvolvimento das armações de baleia, atividade marcada também pelo trabalho de escravos negros.

Portanto, aos poucos a economia local foi se diversificando, permitindo a acumulação interna de capitais. Não faz sentido falarmos em pacto e exclusivo colonial (Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro e Fernando Novais). A realidade para toda a colônia, incluindo a ilha de Santa Catarina, era a presença de atividades agropecuárias, comerciais e de pesca que permitiu a presença de grandes negociantes, fazendeiros e demais sujeitos que se ocupavam de variadas atividades, como o comércio da farinha da mandioca e do corte de gado. Esta hipótese será melhor fundamentada quando analisarmos os inventários e os testamentos destes sujeitos, documentação esta depositada nos arquivos históricos e eclesiásticos de Florianópolis.

RESULTADOS ESPERADOS OU PARCIAIS

Até o momento, parte da bibliografia já foi analisada e incluída no relatório parcial da pesquisa. Percebemos que os estudos dos autores Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro e Fernando Novais pecam por não revelar as nuances da acumulação interna de capitais na colônia. O pacto e o exclusivismo colonial devem ser revistos pela historiografia catarinense, afinal o modelo econômico implantado na “ilha de Santa Catarina” foi marcada pela diversificação das atividades produtivas e pela inserção do trabalho dos açorianos, dos escravos, dos libertos e dos indígenas em diversas atividades que iam além da produção para o mercado externo (comércio, pesca, agricultura, pecuária e etc).

Inventariamos parte da documentação. Ao final, estas fontes serão disponibilizadas para pesquisa pela população local e para os pesquisadores interessados na História Econômica de Santa Catarina. Estamos escrevendo um artigo sobre o assunto. Espera-se que este trabalho possa ser apresentado em eventos da área historiográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O nosso trabalho se destaca por permitir aos estudantes aprender novas visões acerca da historiografia econômica regional. Isto é fundamental para o reconhecimento das estruturas produtivas catarinense, marcada pela diversificação dos negócios e pelas inúmeras atividades no campo e no mar. A transcrição dos documentos permitirá que os moradores e interessados na questão genealógica possam tecer as suas raízes familiares, desde fins dos seiscentos até princípios dos oitocentos. Nosso objetivo final é apresentar este inventário e apresentar um artigo em congressos da área (História Econômica e História Social da Cultura).

REFERÊNCIAS

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. 2ª edição, Porto Alegre, SP, Globo/Edusp, 1975.
- PRADO Jr., Caio. "Administração". In *Formação do Brasil Contemporâneo*. 15ª. ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.
- MAMOGONIAN, Beatriz Gallotti. "Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica (1750-1850)". Seminário Internacional "Nas Rotas do Império: Eixos Mercantis, Tráfico de Escravos, Relações Sociais no Mundo Português", Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, junho de 2006. Disponível em https://www.academia.edu/260792/Africanos_Em_Santa_Catarina_Escravid%C3%A3o_E_Identidade_%C3%A9tnica_1750-1850. Acesso em 14/10/2017.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 9a. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.
- OLIVEIRA, João Rafael Moraes de. "Conflito e governo na segunda metade do século XVIII. A invasão espanhola na capitania de Santa Catarina em 1777". In: SIMPÓSIO NACIONAL DA ANPUH, 23, Londrina, 2005, p.4. [ANAI...]. Disponível em anais.anpuh.org/wp-content/uploads/m/p/pdf/ANPUH.S23.0505.pdf. Acesso em 19/10/2017.